

José Sócrates na sombra da abertura de mais um ano judicial

Justiça. Presidente fala pela primeira vez na cerimónia que assinala abertura dos tribunais

CARLOS RODRIGUES LIMA

Não será só o retrato de Dona Maria, que encabeça o Salão Nobre do Supremo Tribunal de Justiça, que assistirá com atenção à cerimónia de abertura do ano judicial, que decorre hoje pela manhã. José Sócrates também será um espectador atento, aguardando algumas eventuais palavras da procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, sobre o desfecho da Operação Marquês. A cerimónia deste ano conta com três estreates: Marcelo Rebelo de Sousa, como Presidente da República, Ferro Rodrigues, como presidente da Assembleia da República, e Francisca van Dunem, a ministra da Justiça.

Caberá a Marcelo Rebelo de Sousa encerrar a cerimónia. Nos meios judiciais, aguarda-se com expectativa o discurso do novo Presidente da República, porque, como referiu ao DN Conceição Gomes, diretora executiva do Observatório Permanente da Justiça, "será a primeira vez que o Presidente irá partilhar a sua visão do setor".

Sobre este tema, Marcelo Rebelo de Sousa – que herdou um "caso" de justiça relacionado com o ex-diretor do Museu da Presidência, Diogo Gaspar, detido por suspeitas de tráfico de influência, falsificação de documento, peculato e participação económica em negócio – apenas no discurso de tomada de posse como Presidente da República, a 9 de março deste ano, abordou o tema da justiça, considerando ser necessário uma "moralização e credibilização" das instituições públicas, defendendo mais combate à "corrupção, ao clientelismo e conflitos sociais". Marcelo mostrou-se ainda defensor do princípio da "independência da Justiça" face ao poder político.

Porém, ainda como comentar na TVI, Marcelo Rebelo de Sousa referiu-se ao processo que envolve José Sócrates como "um grande

teste" para a justiça portuguesa: "Temos muitos casos que acabam em prescrições, alguns em meias decisões, que pode ter toda a lógica de prova, mas as pessoas questionam. As pessoas querem uma justiça rápida. E, segundo, uma justiça clara. Que fique a certeza de que a justiça funcionou na plenitude."

Rapidez e eficácia

"Rapidez" parece ser um conceito partilhado por todos os atores do sistema judicial. Porém, sobretudo nos processos com maior impacto social, seja o ligado ao ex-primeiro-ministro seja os vários processos relacionados com o antigo Banco Espírito Santo ainda em investigação, a ideia tem sido de difícil aplicação prática. A lei estabelece

prazos para o inquérito: sem arguidos presos, o limite são 18 meses, com arguidos presos, são 12 meses. Em ambos os casos, já com a declaração de especial complexidade.

Porém, a ultrapassagem dos prazos estabelecidos não tem consequências para o processo em si, isto é, não obriga o Ministério Público a arquivar ou a acusar. Apenas tem consequências

no segredo de justiça e nas medidas de coação, que podem caducar. Ou seja, a fase de investigação pode prolongar-se por vários anos. Os agentes ligados à investigação têm dito que, para certo tipo de criminalidade, os prazos são "irreais". Por sua vez, os advogados têm criticado o calvário da fase de inquérito dos processos. Certo é que, num ano, o Ministério Público e a Polícia Judiciária fecharam o processo dos vistos *gold*, que levará a julgamento o antigo ministro da Administração Interna Miguel Macedo, e os ex-diretores gerais Manuel Palos e António Figueiredo, entre outros acusados.

No caso da Operação Marquês, a 15 de setembro o Ministério Público vai dizer o que pretende do processo: acusar já os arguidos ou manter a investigação em aberto. Até um dia destes.



Marcelo Rebelo de Sousa já disse que o processo de Sócrates é um "teste" à justiça